

OS LIVROS **NÃO** SE RENDEM

Vida e Destino de Jesus de Nazaré

TRADUÇÃO
Joana Baudoin

**Daniel
Marguerat**

ÍNDICE

PREFÁCIO	.11
---------------------------	------------

PRIMEIRA PARTE: OS INÍCIOS

Capítulo 1: O que sabemos sobre Jesus?	19
Capítulo 2: Uma criança sem pai?	47
Capítulo 3: Na escola de João Baptista	73

SEGUNDA PARTE: A VIDA DO NAZARENO

Capítulo 4: O curandeiro.	97
Capítulo 5: O poeta do Reino	117
Capítulo 6: O mestre da sabedoria	140
Capítulo 7: Os seus amigos, os seus rivais	164
Capítulo 8: Jesus e a sua vocação	190
Capítulo 9: Morrer em Jerusalém	212

TERCEIRA PARTE: JESUS DEPOIS DE JESUS

Capítulo 10: Ressuscitou!	245
Capítulo 11: Jesus apócrifo	261
Capítulo 12: Jesus visto pelo judaísmo	283
Capítulo 13: Jesus no Islão	304

EPÍLOGO	322
--------------------------	------------

OBRAS DE REFERÊNCIA	326
--------------------------------------	------------

AGRADECIMENTOS	335
---------------------------------	------------

*A Jacques Schlosser, professor honorário
da Universidade de Estrasburgo, exegeta e amigo,
fiel às Escrituras tanto quanto à sua Igreja,
autor de Jesus de Nazaré (1999).*

PREFÁCIO

Talvez Jesus de Nazaré nunca tenha sido tão fascinante. Numa altura em que o cristianismo do século XXI se revela cansado, a sua figura fundadora atrai cada vez mais a atenção de historiadores, escritores e cineastas. Porquê este interesse vivo e incessante pelo homem de Nazaré? Não foi já tudo dito, escrito, discutido e pregado sobre ele ao longo dos últimos dois mil anos? A procura do «verdadeiro Jesus» produziu um Jesus revolucionário, um Jesus *hippie*, um Jesus rabino, um Jesus profeta, um Jesus médico, um Jesus feminista, um Jesus filósofo... Em que retrato devemos confiar? Dois mil anos depois, o enigma ainda persiste.

Este livro torna a lançar mãos à obra e oferece aos leitores um retrato do Jesus da história. Trata-se de tarefa séria, mas nada fácil. O cristianismo tem uma característica única no mundo das religiões: o Senhor a que se refere pertenceu a uma outra religião, o judaísmo, que nunca pretendeu abandonar. A acção de Jesus visava reformar a fé de Israel, e é ao fracasso dessa reforma que o cristianismo deve o seu nascimento. O movimento de Jesus, que começou como uma seita de judeus messiânicos, foi gradualmente empurrado para se tornar um grupo religioso autónomo. Sabemos hoje que este processo de autonomização foi longo e doloroso, variando de uma região do Império Romano para outra; durou pelo menos quatro séculos, e os laços nutricionais com a cultura judaica não foram cortados de uma só vez. Os escritos que testemunham Jesus trazem as cicatrizes do conflito agudo que opôs os cristãos à sua religião-mãe.

Porquê tornarmos a lançar mãos à obra? A primeira razão é termos novos recursos à nossa disposição. A investigação arqueológica em Israel, nos últimos trinta anos, revelou edifícios e artefactos que nos dão uma imagem mais clara da vida quotidiana no século I. O estudo de textos cristãos extra-canónicos acelerou-se; os Evangelhos apócrifos, que saíram da sombra, revelam aspectos pouco conhecidos de Jesus que não estão incluídos no Novo Testamento. A leitura dos antigos historiadores judeus, sobretudo de Flávio Josefo, fornece-nos informações em primeira mão sobre o judaísmo no tempo de Jesus. Finalmente, sabemos mais do que nunca sobre o mundo de Jesus.

A segunda razão é a investigação estar a avançar com a ajuda de perguntas que as gerações anteriores não faziam. Como é que se vivia na sociedade palestina do século I com um pai que aparentemente não era o verdadeiro pai? Jesus tinha um mestre espiritual? Não seria tanto um poeta como um profeta? Porque é que fez tantas curas e exorcismos à maneira dos xamãs? O que é que o distinguia exactamente dos rabinos do seu tempo? Porque é que subiu a Jerusalém no final da sua vida?

Para responder a estas questões, o historiador trabalha com pistas, à maneira de uma investigação policial. Reconstruir a vida do Nazareno exige que se vá para lá dos testemunhos antigos, a fim de perscrutar a escuridão e adivinhar quem ele era e como se apresentava aos seus contemporâneos. Não há dúvida de que os actos de Jesus deixaram uma forte impressão, cujos vestígios se conservaram na memória cristã. Ao analisar esses vestígios, as respostas não podem ser simples nem imediatas. Com efeito, é tarefa do historiador libertar a parte da história que os autores antigos nos dão nos seus testemunhos e que muitas vezes embelezam os factos e outras os ocultam. Cabe também ao historiador comparar informações diferentes e, por vezes, contraditórias. A maior parte destes relatos provém de autores cristãos e está impregnada das suas crenças. Uma perspectiva crítica é essencial.

Este livro não pretende, de forma alguma, dar aos seus leitores o «verdadeiro Jesus». De facto, a nossa concepção da história evoluiu. Estamos a tomar consciência dos limites de qualquer investigação

histórica. A objectividade da história deve ser vista pelo que é: uma fantasia intelectual. Sabemos melhor do que nunca que qualquer descrição do passado é uma reconstrução e que o exame mais objectivo das fontes à nossa disposição continua condicionado pelo ponto de vista de quem as examina. A pretensão de entregar o «verdadeiro Jesus» deve ser deixada aos historiadores amadores e à literatura de banca de jornal. Posso aqui apresentar um Jesus «possível», provável, até plausível. A minha ambição é entregar um Jesus cujo retrato tenha sido meticulosamente verificado por uma análise rigorosa das fontes. Fazer uma investigação que não se furte a respostas não previstas ou desejadas, digo eu. Mas não mais do que isso.

O historiador honesto renuncia hoje às certezas. Honestidade significa também que o autor destas linhas é crente, um teólogo cristão. Mas será justo acrescentar que, embora a crença do autor explique o seu interesse pela pessoa de Jesus, a sua busca histórica não é cativa daquilo que a dogmática cristã, desde há dois milénios, construiu para dar a conhecer o Cristo da fé.

Ouvimos dizer que a investigação sobre o Jesus histórico é perigosa para a fé cristã. Que o trabalho dos historiadores está a minar inutilmente os fundamentos de uma crença que remonta a dois milénios. Será isto verdade? Não há dúvida de que alguns dos resultados da investigação histórica podem ser desconcertantes. Descobrir que o homem de Nazaré nunca reivindicou nenhum dos títulos (Messias, Filho de Deus) que lhe são atribuídos nos Evangelhos é o suficiente para nos fazer sentir desconfortáveis. Quando se passa a saber que Jesus teve um mentor espiritual, a imagem tradicional fica desfeita. É certo que o retrato produzido pela minha investigação não corresponde ao imaginário das estampas antigas. Mas a busca do Jesus da história não é inerentemente prejudicial. Pelo contrário, acrescenta profundidade à humanidade do Nazareno. Afasta-nos de um Jesus demasiado utilizado para descobrir uma figura pouco conhecida e bastante intrigante. Os seus resultados obrigam-nos a rever a memória das nossas origens, mas não a destroem.

O trabalho da história não sufoca a crença; contribui para a sua compreensão e estruturação, e este não é um pequeno serviço que

PRIMEIRA PARTE

OS INÍCIOS

Capítulo 1

O QUE SABEMOS SOBRE JESUS?

A história é escrita a partir de documentos; para usar a definição de Marc Bloch, é «conhecimento por vestígios»¹. Que vestígios deixou Jesus de Nazaré? Como ele próprio nada escreveu, os únicos documentos de que dispomos provêm de terceiros. Acontece que, a partir de 1950, os vestígios em que se baseia a procura do Jesus histórico multiplicaram-se consideravelmente: ao inventário (clássico) dos Evangelhos do Novo Testamento juntaram-se os testemunhos de escritos extra-canónicos, os textos do judaísmo antigo e os achados arqueológicos da Palestina. Os investigadores de hoje não deparam com escassez de vestígios, mas com a sua profusão, com a tarefa de diagnosticar a fiabilidade histórica destes. Mas antes de fazer um inventário dos vestígios e de examinar a sua fiabilidade, convidado-o a reflectir sobre a idade dos testemunhos históricos.

JESUS EXISTIU?

No seu livro *Decadência: o Declínio do Ocidente*, o filósofo Michel Onfray retoma a «teoria mitista»: Jesus não existiu.² A história da sua vida foi extraída da mitologia persa e mesopotâmica; a sua morte e ressurreição foram modeladas pelos destinos de Baal, Marduk, Attis, Osíris ou Adónis. Os Evangelhos seriam, portanto, pura ficção, e o cristianismo construído sobre essa impostura.

¹ Marc Bloch, *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*, Paris, Armand Colin, 1997. [*Apologia da História ou o Ofício de Historiador*, Lisboa, Edições 70, 2025.]

² Michel Onfray, *Decadence*, Paris, Flammarion, 2017, pp. 45-63. [*Decadência: o Declínio do Ocidente*, Lisboa, Edições 70, 2019.]

Esta tese não é nova. Dois filósofos (Volnay e Dupuis) apoiaram-na no final do século XVIII, mas um século mais tarde o seu mais famoso propagandista foi Bruno Bauer, filósofo e teólogo de Berlim (1809-1882).³ Bauer negou qualquer valor histórico aos Evangelhos e salientou a ausência de qualquer menção a Jesus em escritores não-cristãos do século I. Além disso, acrescenta, o apóstolo Paulo não diz quase nada sobre Jesus, assumindo a sua existência sem nunca a provar. Depois de Bauer ter sido demitido do cargo que ocupava na Universidade de Berlim, em 1839, devido às suas ideias, um dos seus alunos registou os ensinamentos que dele recebera nos seus próprios escritos: Karl Marx. No início do século XX, outro filósofo alemão, Arthur Drews, inspirou Vladimir Ilyich Lenine. Foi assim que o regime soviético difundiu na sua propaganda as teorias de Bauer e Drews sobre a impostura cristã. Nos Estados Unidos, George Wells e Robert Price revitalizaram-nas mais recentemente.⁴

A tese de um Jesus imaginário não pode ser descartada de imediato. É preciso verificá-la e questionar os seus argumentos: é verdade que Jesus só foi mencionado pelos cristãos no século I? A fiabilidade histórica dos Evangelhos pode ser demonstrada? O que é que Paulo sabia sobre Jesus? A arqueologia dá-nos alguma informação? A análise dos primeiros vestígios de Jesus é essencial.

DOCUMENTOS MUITO PRÓXIMOS

Os visitantes da Biblioteca John Rylands, em Manchester, podem admirar um fragmento de manuscrito exposto na semiobscuridade.

O seu nome de código: P52. Este pedaço de papiro, escrito em grego em ambos os lados e datado de 125 d. C., contém algumas palavras do Evangelho de João (Jo 18,31-33.37-38). É o mais antigo manuscrito conhecido do Novo Testamento. A redacção deste

³ Bruno Bauer, *Kritik der Evangelien und Geschichte ihres Ursprungs*, Berlim, Hempel, 1851-52 (repr. Aalen, Scientia, 1983). Sobre a história da teoria mítica: Bart D. Ehrman, *Did Jesus Exist? The Historical Argument for Jesus of Nazareth*, Nova Iorque, HarperOne, 2013, pp. 14-34.

⁴ George Wells, *Did Jesus Exist?*, Amherst, Prometheus Books, 1975; Richard Price, *The Christ-Myth Theory and Its Problems*, Cranford, American Atheist Press, 2011.

Evangelho data dos anos 90-95, porque menciona a exclusão dos cristãos da sinagoga, uma medida que só aparece nos anos 80 (Jo 9,22; 12,42; 16,2). Isto significa que cerca de trinta anos separam a redacção do Evangelho da sua cópia no manuscrito de Manchester. Um intervalo tão curto entre uma obra e a sua cópia não tem paralelo na Antiguidade. Espalhados entre Paris, Filadélfia, Londres, Glasgow, Dublin e Barcelona, existem 16 papiros (manuscritos de junco) do século III que contêm fragmentos dos Evangelhos. O manuscrito mais antigo, que contém um Evangelho completo (João), data do ano 200 e está conservado na Biblioteca Bodmer, perto de Genebra. A partir do século IV, o seu número multiplicou-se.

Uma tal abundância de manuscritos e uma tal precocidade são únicas na literatura antiga. Se o compararmos com as obras de Homero (*Ilíada* e *Odisseia*), difundidas por todo o mundo grego, o manuscrito completo mais antigo de que dispomos data do século IX d. C., 16 séculos depois de ter sido presumivelmente escrito. O tratado *Poética*, do filósofo Aristóteles, é conhecido através de três manuscritos antigos, o mais antigo dos quais é uma tradução árabe do texto grego, produzida no século X, 14 séculos depois de Aristóteles o ter escrito. O mesmo se aplica a todos os autores gregos antigos. Acrescentaria que os grandes mestres da tradição israelita, predecessores ou contemporâneos de Jesus (os rabinos Hilel, Shamai, Gamaliel, Aqiba), nos chegam através da Mishná, que foi escrita, no mínimo, no ano 200; a única excepção é o rabino Gamaliel, citado no século I por Flávio Josefo (*Autobiografia*, 190-191) e no livro dos Actos (Act 5,34). Por outro lado, a vida de Jesus (que morreu em 30) está registada em quatro Evangelhos, escritos entre 65 (Marcos) e 95 (João). Não possuímos nenhum manuscrito autógrafo dos Evangelhos, mas é o que acontece com todos os textos da Antiguidade: os manuscritos dos autores perdem-se, se é que os próprios autores copiaram o seu texto; a cópia em papiro era um ofício que só os copistas dominavam.

Por conseguinte, sabemos mais sobre Jesus de Nazaré, desde o início da sua vida e de forma abundante, do que de qualquer outra personagem da Antiguidade – com uma excepção. Poderíamos mencionar Júlio César, que escreveu as suas *Memórias* e de quem o historiador Nicolau

de Damasco deu testemunho muito cedo; mas a única pessoa que rivaliza com Jesus em termos de profusão e antiguidade de provas documentais é Alexandre, *o Grande*, que morreu na Babilónia em 323 a. C. Quatro biografias desta figura fabulosa foram escritas nos vinte anos que se seguiram à sua morte por Calístenes, sobrinho de Aristóteles, Onesícrates, Nearco e Ptolomeu, um dos seus generais. Mais tarde, surgiram outras *Vidas* de Alexandre.

Contudo, pode objectar-se, o facto de Jesus ser mencionado por autores cristãos não elimina a dúvida sobre a sua existência. Terão os não-cristãos escrito sobre ele?⁵

ROMA: A «SUPERSTIÇÃO PERNICIOSA» CRISTÃ

No que diz respeito aos historiadores romanos, a colheita é de facto escassa. Três autores fazem menções fugazes. Nos seus *Anais*, que datam de 115-118 e que retratam a história de Roma desde Augusto até Nero, Cornélio Tácito (Tácito) menciona os cristãos a propósito do incêndio de Roma em 64: Nero acusou-os desse acto e muitos foram executados. Tácito critica a acusação injusta de Nero, mas não é brando com o cristianismo, que culpa de ser inimigo da humanidade (*odium generis humani*). Segundo ele, os cristãos «tomam o nome de Cristo (*Christus*), que, na época em que Tibério era imperador, foi condenado à morte pelo procurador Pôncio Pilatos. Temporariamente suprimida, esta superstição perniciosa (*exitiabilis superstitio*) ressurgiu não só na Judeia, onde tinha aparecido pela primeira vez, mas na própria Roma [...]» (*Annales*, 15, 44). Tácito situa a execução de Jesus num contexto histórico e menciona a existência, antes da cruz, de um movimento por Jesus temporariamente interrompido pela sua morte, para ser reavivado mais tarde.

⁵ As fontes não cristãs sobre Jesus são inventariadas e analisadas em particular por John P. Meier, «Un certain Juif, Jésus. Les données de l'histoire», I, *Les sources, les origines, les dates*, Paris, Cerf, col. «Lectio divina», 2004, pp. 47-70; Rinaldo Fabris, *Gesù il «Nazareno»*. *Indagine storica*, Assisi, Citadella, 2011, pp. 108-129; Bart D. Ehrman, *op. cit.*, pp. 35-68; Christoph Marksches, Jens Schröter (orgs.), *Antike christliche Apokryphen in deutscher Uebersetzung*, I/1, *Evangelien und Verwandtes*, Tübinga, Mohr Siebeck, 2012, pp. 209-218; Jens Schröter, Christine Jacobi (orgs.), *Jesus Handbuch*, Tübinga, Mohr Siebeck, 2017, pp. 159-171.

Caius Suetonius Tranquillus (Suetônio) utilizou a expressão «nova e má superstição» no seu *Os Doze Césares*, escrito por volta de 120 d. C. Falando do imperador Cláudio, diz: «Como os judeus se revoltavam continuamente sob a direcção de Chrestus, ele [Cláudio] expulsou-os de Roma» (Cláudio, 25, 4). Uma vez que *Chrestus* é um nome bem conhecido atribuído aos escravos (que significa literalmente «útil»), talvez Suetônio se esteja a referir a um agitador com este nome.⁶ Mas a explicação mais provável é que Suetônio tenha confundido *Chrestus* com *Christus*. A expulsão de que fala é datada pelos historiadores de 49 d. C.; atingiu as sinagogas judaicas da capital, que estavam a ser abaladas por um conflito entre judeus e judeus-cristãos. Para um romano, acusar os cristãos de *superstitio* era acusá-los de difundir uma religião nova, intolerante e subversiva. A recusa de prestar culto ao imperador, a rejeição de qualquer forma de sincretismo e o fanatismo dos novos convertidos desagradavam-lhe profundamente.

Plínio, *o Jovem*, governador das províncias do Ponto e da Bitínia, escreveu ao imperador Trajano, em 111-113, sobre os cristãos: «Têm o costume de se reunir num dia fixo, antes do nascer do sol, e cantar um hino a Cristo como a um deus (*Christo quasi deo*)» (*Cartas*, X, 96, 7).

A MORTE DO REI SÁBIO

A estes três historiadores romanos juntam-se dois autores do mundo sírio. Mara bar (filho de) Serapião, filósofo estóico preso em Roma, enviou ao seu filho uma carta em siríaco encorajando-o a seguir modelos de sabedoria. A carta data do século II, mas não se dispõe de mais pormenores. «Os sábios são frequentemente perseguidos», escreveu Mara bar Serapião ao seu filho, «mas a sua mensagem sobreviveu-lhes». O que é que os atenienses ganharam ao matar Sócrates, ou o povo de Samos ao queimar Pitágoras? Continua, mencionando um terceiro sábio:

⁶ Esta explicação (*Chrestos* é um nome comumente dado aos escravos e não se refere a Jesus) foi recentemente defendida por Steve Mason, em Jens Schröter, Christine Jacobi (orgs.), *op. cit.*, 2017, pp. 161-162. Dificuldade: o nome *Chrestos* não aparece nas estelas funerárias judaicas do século I.